

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.241 - RS (2019/0013348-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : DORA ALVINA DA SILVA DORNELLES
AGRAVANTE : JOSE RENI CARDOSO DA SILVEIRA
AGRAVANTE : RUDINEI CARDOSO SOUZA
AGRAVANTE : VANESSA DE OLIVEIRA PRESTES
AGRAVANTE : LUCAS POCHARSKI TEIXEIRA
AGRAVANTE : LUIS ANDRE DAS NEVES GUSMAO
AGRAVANTE : PAULO SERGIO OLIVEIRA DA SILVA
AGRAVANTE : MARCIO AMARAL AFONSO
AGRAVANTE : KATIA DA SILVA MARTINS
AGRAVANTE : SANDRO GISLEI DOS SANTOS BRITES
ADVOGADO : DANIELE FERRON D AVILA - RS0057616
AGRAVADO : BOLOGNESI EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : TIAGO BOECKEL MENDES - RS045296
LUCAS BRAGA EICHENBERG E OUTRO(S) - RS048756
IANDERSON VIEIRA SOARES - RS089282
LAURA MARTINS RORATO - RS108369

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **DORA ALVINA DA SILVA DORNELES E OUTROS**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 504, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. REPARAÇÃO DE DANOS. PRESCRIÇÃO O prazo prescricional à pretensão de reparação de danos, material ou moral, é o trienal previsto no § 3º do art. 206 do Código Civil. - Circunstância dos autos em que impõe manter a decisão. RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (fls. 520-528, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 533-540, e-STJ), os insurgentes alegaram, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor.

Sustentaram, em síntese, ser aplicável à hipótese o prazo prescricional de cinco anos previsto para a pretensão de reparação de danos decorrente de fato do produto ou do serviço.

Contrarrazões às fls. 565-575, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se processamento ao recurso (fls. 578-581, e-STJ).

Daí o agravo (fls. 584-593, e-STJ), em que os recorrentes impugnam a decisão agravada.

Contraminuta às fls. 599-606, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Na presente hipótese, os agravantes não impugnaram especificamente a decisão agravada.

No *decisum* de inadmissibilidade (fls. 578-581, e-STJ), o Tribunal de origem entendeu pela incidência da Súmula 83/STJ, ante a conformidade do acórdão recorrido com o decidido no Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 1.113.334/SP, de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, julgado em 15.05.2018.

Com efeito, esta Corte Superior entende que uma vez inadmitido o recurso com base na Súmula 83/STJ, deve a parte indicar, nas razões do agravo (art. 1.042 do CPC/15), **precedentes contemporâneos ou supervenientes** aos indicados no julgado de inadmissibilidade, com o devido cotejo analítico entre eles.

Nesse sentido: AgInt no AREsp 1291925/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018; AgRg no AREsp 709.926/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016; AgInt no AREsp 905.415/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 21/09/2016; AgInt no AREsp 694.853/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 18/04/2018.

Nas razões do agravo de fls. 584-593, e-STJ, os insurgentes apontaram precedentes dos anos de 2016 e 2017, anteriores ao julgado utilizado na fundamentação da decisão de inadmissibilidade, o que não basta para afastar a aplicação da Súmula 83 desta Corte.

O agravo em recurso especial que deixa de afastar os fundamentos que levaram à inadmissão do recurso não deve ser conhecido, nos termos do artigo 932, III, do Novo Código de Processo Civil, que assim dispõe *in verbis*:

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

É dever da parte agravante (à luz do princípio da dialeticidade) demonstrar o desacerto do magistrado ao fundamentar a decisão impugnada, atacando especificamente e em sua totalidade o seu conteúdo, nos termos do art. 932, III, do NCPC, o que não ocorreu na espécie, uma vez que as razões apresentadas contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial não impugnam todos os fundamentos do *decisum*.

Precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. DOIS AGRAVOS INTERNOS INTERPOSTOS PELO AGRAVANTE. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO SEGUNDO RECURSO EM FACE DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. JULGAMENTO APENAS DO PRIMEIRO AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS

FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). PLEITO DE ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO. [...] 3. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/73), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência das Súmulas nºs 5 e 83 do STJ). [...] 6. Agravo interno não provido, com imposição de multa. (AgInt no AREsp 1031917/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ART. 932, III, DO CPC DE 2.015. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, CPC. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo em recurso especial, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo. 2. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 932, III, do CPC de 2.015 e art. 253, I, do RISTJ, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente, sendo insuficientes alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado. 3. Esta Corte, ao interpretar o previsto no art. 932, parágrafo único, do CPC/2015 (o qual traz disposição similar ao § 3º do art. 1.029 do mesmo Código de Ritos), firmou o entendimento de que este dispositivo só se aplica para os casos de regularização de vício estritamente formal, não se prestando para complementar a fundamentação de recurso já interposto. 4. O recurso mostra-se manifestamente inadmissível, a ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC, no percentual de 1% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º, do citado artigo de lei.

5. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (AgInt no AREsp 1075210/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 26/05/2017)

2. Do exposto, com amparo no artigo 932, III, do CPC/15, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

